

**Padrões de Desenvolvimento, Mercado de Trabalho e Proteção Social:
a experiência brasileira entre as décadas liberal (1990) e desenvolvimentista (2000)**

José Celso Cardoso Jr.*

Cláudia Satie Hamasaki**

JEL: J01 – Labor Economics: General.

Área de Concentração ENEP/SEP 2014:

7. Trabalho, Indústria e Tecnologia

7.1 Mundo do Trabalho

Resumo:

A primeira década do novo milênio, mormente o período 2003-2013, cumpriu – entre outras – função didática nos embates acadêmico e político brasileiros. Após praticamente 25 anos de dominância ideológica liberal e tentativas de implementação de diretrizes e soluções desregulamentadoras, privatistas e internacionalizantes, com resultados pífios ou nefastos sobre indicadores clássicos do comportamento macroeconômico e do mercado de trabalho nacional, houve em período recente a contestação empírica e teórica da alegada supremacia daquelas formulações. A fim de captar um suposto novo sentido do desenvolvimento nacional e interpreta-lo à luz das transformações recentes, este texto busca comparar o desempenho dos padrões de desenvolvimento liberal (década de 1990) e desenvolvimentista (primeira década de 2000) e os seus impactos sobre o mundo do trabalho e a proteção social previdenciária em cada um dos respectivos períodos. As diferenças entre ambos é um dos traços mais significativos do momento histórico de transição entre o modelo liberal parcialmente implementado na década de 1990 e esta fase atual de novas – mas ainda incertas – possibilidades de desenvolvimento na qual se encontra o país nos dias que correm.

Palavras-Chaves: padrões de desenvolvimento, mercado de trabalho, proteção social, liberalismo, desenvolvimentismo, Brasil.

* Economista pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP), com mestrado em Teoria Econômica e doutorado em Desenvolvimento (com especialização em Economia Social e do Trabalho), ambos pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE/UNICAMP). Desde 1996 é Técnico de Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), tendo sido Diretor-Adjunto de Estudos e Políticas Sociais (DISOC/IPEA), Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (DIEST/IPEA) e Diretor de Planejamento, Monitoramento e Avaliação do PPA 2012-2015, na Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), Governo Federal, Brasil. *E-mail:* josecelso.cardoso@ipea.gov.br

** Cláudia Satie Hamasaki, graduada em Ciências Econômicas pela Faculdade de Economia, Administração e Contábeis da Universidade de São Paulo (FEA/USP), e com Mestrado e Doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Economia (PIMES) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE/PIMES). Foi pesquisadora pelo Departamento de Ciências Econômicas, no Grupo de Economia do Setor Público da UFPE. Foi professora da Universidade Católica de Pernambuco. Hoje é professora adjunta no curso de Economia da Universidade Presbiteriana Mackenzie e no curso de Economia da Facamp (Faculdades de Campinas), atuando na área de Economia do Setor Público, Economia Social e do Trabalho. Email: cshamasaki@gmail.com

Abstract

The first decade of the new millennium, especially the period 2003-2013, fulfilled - among others - didactic function in the Brazilian academic and politic debate. After almost 25 years of liberal ideological dominance and attempts to implement policies and deregulation, privatizing and internationalizing solutions, with negligible or adverse results on classic indicators of macroeconomic performance and the domestic labor market, in recent times there has been empirical and theoretical defense of alleged supremacy of those formulations. In order to capture a supposed new sense of national development and interprets it in the light of recent changes, this text seeks to compare the performance of liberal development standard (1990's decade) and the "developmentalism" (2000's first decade) and their impacts on the world of labor and social welfare protection in each of the respective periods. The difference between them is one of the most significant features of the historical moment of transition between the partially implemented liberal model in the 1990's and this current phase of new - but still uncertain - possibilities of development in which the country finds itself these days.

Key words: Development patterns, Labor Market, Social Protection, Liberalism, Developmentalism, Brazil.

Padrões de Desenvolvimento, Mercado de Trabalho e Proteção Social: a experiência brasileira entre as décadas liberal (1990) e desenvolvimentista (2000)

1. Introdução.

A primeira década do novo milênio, mormente o período 2003-2013, cumpriu – entre outras – função didática nos embates acadêmico e político brasileiros. Após praticamente 25 anos de dominância ideológica liberal e tentativas – em vários campos da vida social e econômica – de implementação de diretrizes e soluções desregulamentadoras, privatistas e internacionalizantes, com resultados pífios ou nefastos sobre indicadores clássicos do comportamento macroeconômico, do mercado de trabalho nacional e da proteção social previdenciária, houve em período recente a contestação empírica e teórica da alegada supremacia daquelas formulações.

Embora grande parte das mesmas não tenha sido plenamente revertida, e considerando ainda a influência benéfica do cenário internacional (sobretudo entre 2000 e 2008) para os resultados domésticos favoráveis em termos macroeconômicos e laborais, comprovou-se na prática que os binômios “padrão de desenvolvimento e mercado de trabalho”, e “trabalho-proteção social”, são altamente dependentes – em termos de sua sustentabilidade institucional e financeira – de dinâmica produtiva pujante e virtuosa, praticamente impossível de ser obtida apenas por obra e graça das forças de mercado.

Dito de outra forma, sem presença ativa do Estado como agente estruturador interno, dificilmente o país teria condições de garantir, simultaneamente, crescimento econômico, indicadores positivos de mercado de trabalho,¹ sustentabilidade intertemporal e solvência financeira dos sistemas de proteção social em geral, e de proteção previdenciária em particular.

A razão para tanto decorre, fundamentalmente, do fato de que a categoria Trabalho é, em regime capitalista, a categoria econômica e sociológica chave para explicar e garantir, sobretudo em contextos ainda bastante desiguais e heterogêneos como o brasileiro: (i) *sustento individual ou familiar, além de sociabilidade básica à população*, por meio do acesso à renda e à esfera pública que o trabalho propicia; (ii) *sustentação econômica mínima ao PIB*, por meio da amplitude e profundidade potenciais do seu mercado consumidor interno; e (iii) *sustentabilidade financeira intertemporal a todo o sistema brasileiro de proteção social, em particular aos sistemas previdenciários públicos*, direta ou indiretamente contributivos, pelo peso que as fontes de financiamento direto (ancoradas no trabalho) ou mesmo indireto (regressivamente ancoradas na tributação sobre o consumo, mas legalmente vinculadas ao orçamento da seguridade social) possuem no Brasil.

Olhando retrospectivamente, acreditamos que os eventos econômicos e políticos deflagrados no Brasil ao longo do último quarto de século XX tenham sido responsáveis pelo colapso do padrão histórico de desenvolvimento centrado na industrialização e comandado pelo Estado. O mesmo conjunto de eventos engendrou novo formato de desenvolvimento ao longo da década de 1990, calcado em concepção internacionalizante e liberal de progresso econômico e social, mas cujos resultados concretos, em pouco tempo, mostraram-se perversos do ponto de vista da dinâmica econômica – com combinação de semi-estagnação e financeirização da riqueza – e inadequados do ponto de vista da natureza e forma de funcionamento do seu mercado de trabalho, já que caracterizado por combinação de heterogeneidades e desigualdades de várias ordens.

A primeira década de 2000, por outro lado, enseja possibilidades históricas para nova fase de transição, cujos contornos – em delineamento – de um novo padrão de desenvolvimento, talvez ainda não permitam vislumbrar o seu sentido histórico geral.² Assim,

¹ Dentre os quais se incluem os indicadores recentes de combate à pobreza e redução das desigualdades de renda.

² No Brasil, recrudescceu o debate sobre qual padrão de desenvolvimento estaria em (re)montagem nesta entrada de século XXI. Uns advogam simplesmente pela continuidade – com novas nuances – do modelo liberal que teria predominado na década de 1990. Outros defendem teses – mais complementares que concorrentes – acerca da emergência de um novo padrão, diferenciando-se, entretanto, em função de aspectos como: (i) o “novo” protagonismo estatal na economia; (ii) as “novas” frentes de acumulação e expansão da dinâmica capitalista

a fim de captar esse suposto novo sentido do desenvolvimento nacional e interpreta-lo à luz das transformações recentes, este texto elegeu como tema o estudo das relações entre os padrões de desenvolvimento liberal (década de 1990, a rigor, a década entre 1992 e 2002) e desenvolvimentista (primeira década de 2000, a rigor, a década entre 2003 e 2013) e os seus impactos sobre o mundo do trabalho e da proteção previdenciária em cada um dos respectivos períodos.

As diferenças entre ambos os períodos é um dos traços mais significativos do momento histórico de transição entre o modelo liberal parcialmente implementado na década de 1990 e esta fase atual de novas – mas ainda incertas – possibilidades de desenvolvimento na qual se encontra o país nos dias que correm. Assim, após esta breve Introdução, a seção 2 apresenta e interpreta dados empíricos de ambos os períodos, com base sobretudo na PNAD-IBGE de 1992 a 2012, buscando realçar determinantes, consequências e perspectivas em cada caso. Por fim, tecem-se comentários finais, à guisa de balanço geral e perspectivas.

2. Desestruturação do Trabalho nos anos 1990 e Reestruturação nos anos 2000: o confronto empírico entre as décadas liberal e desenvolvimentista.

A partir da linha de argumentação esboçada acima, é possível promover uma separação objetiva entre os elementos que diferenciam o comportamento do mercado de trabalho brasileiro entre as décadas de 1990 (a rigor, entre 1992 e 2002) e primeira de 2000 (a rigor, entre 2003 e 2013), com vistas a demarcar algumas relações entre os distintos padrões de desenvolvimento econômico observados em cada uma daquelas décadas e os respectivos movimentos de desestruturação e reestruturação do trabalho e da proteção social previdenciária no Brasil.

Deste confronto emerge a tese central deste texto, segundo a qual *em contexto macroeconômico recessivo (década de 1990), tendo os agentes a percepção de tratar-se de fenômeno duradouro, e na ausência ou ineficácia de amplas políticas públicas de garantia de renda e proteção social aos trabalhadores e desempregados, a dinâmica de geração das*

interna; (iii) a ênfase conferida às dimensões “social”, “ambiental”, “regional”, “sulamericana”, “democrático-participativa”, “inovativa” etc. Trata-se, portanto, do confronto, linhas gerais, entre dois projetos políticos em disputa no debate corrente. De um lado, embora com força partidária aparentemente menor na conjuntura atual, coloca-se ainda em pauta – por setores conservadores da sociedade, comunidades da política (partidos, sindicatos e outras agremiações) e da própria burocracia, além da mídia e empresariado – o caminho liberal, de orientação privatista e internacionalizante, que vivenciou melhores dias na década de 1990. De outro lado, embora raramente tenha tido força política suficiente no cenário nacional, permanece como possibilidade – defendida por setores do campo progressista, dentro e fora das estruturas de governo – a via desenvolvimentista, ainda que sem delineamento claro ou definitivo. Para um aprofundamento acerca deste debate, ver o número especial da Revista Economia & Sociedade, vol. 21, dez. 2012.

ocupações passa a depender relativamente mais das condições de oferta do que das de demanda por trabalho. Por outro lado, em contexto de combinação virtuosa de fatores que têm na ativação econômica favorável à estruturação do mercado de trabalho – em especial, favorável ao vetor de assalariamento contributivo que ele engendra – o seu substrato principal (primeira década de 2000), abrem-se ricas possibilidades de compatibilização entre crescimento econômico e estruturação dos mundos do trabalho e da proteção social, com melhoria simultânea (e não-contraditória ao crescimento) de variáveis como nível e perfil da ocupação total, formalização, cobertura previdenciária, rendimentos médios, distribuição da renda, combate à pobreza etc.

Tal como demonstrado pela experiência brasileira do período 2003-2013, não apenas foi possível compatibilizar certa retomada de crescimento econômico com reestruturação geral do mercado de trabalho e manutenção da estabilidade monetária, como isto se deu sem que tivesse havido reforma profunda – *mantra liberal* – do padrão de regulação do trabalho ou da proteção social no país. Com isso, demonstramos a incompatibilidade intrínseca entre o modelo de estruturação do mercado de trabalho com proteção social historicamente constituído no Brasil e modelos de desenvolvimento de cunho liberal. Tal incompatibilidade se dá, fundamentalmente, pela inadequação que se estabelece entre a dinâmica econômica de tipo liberal e a natureza heterogênea e desigual do mercado de trabalho brasileiro. Modelos de tipo liberal são, assim, inadequados a economias de tipo periférico-tardias como a brasileira, e contraproducentes a mercados de trabalho delas derivados.

A partir deste aspecto é possível definir e caracterizar o quadro de *desestruturação* do mercado de trabalho e da proteção previdenciária na década de 1990, bem como o de *reestruturação* na primeira década de 2000. A tendência à desestruturação do mercado de trabalho, iniciada na década de 1980, se aprofundaria nos anos 90, justamente no contexto de primazia da política liberalizante que guiou as ações de todos os governos brasileiros do período, tendo por base uma caracterização que ressalta alguns aspectos sintomáticos e estreitamente interligados, como se verá a seguir. Embora não esgotem o conjunto de dimensões possíveis de análise, constituem-se em aspectos determinantes deste processo.³

³ Por mera questão de espaço, tabelas e gráficos não serão apresentados de forma exaustiva neste artigo. Mas um conjunto amplo de informações estatísticas pode ser visto em Cardoso Jr. (2001b), bem como Cardoso Jr. (2005) para visualização em detalhe dos dados e das tendências do período.

a. Crescimento patológico do setor terciário (comércio e serviços) na década de 1990 e pequena recuperação relativa do setor industrial na primeira década de 2000.

A terciarização das ocupações, que já fazia parte do cenário econômico nacional desde princípios dos anos 80 (com quase 50% de todo o pessoal ocupado localizado no terciário), continuou sua trajetória de absorção de mão-de-obra também pelas décadas de 90 e primeira de 2000, ainda que a uma taxa média de crescimento decrescente.

O crescimento do terciário na década de 1990 combinou alta quantidade com baixa qualidade das ocupações, pois esteve concentrado em serviços pessoais e comércio ambulante, todos de baixíssima produtividade, baixos rendimentos médios, alta rotatividade e informalidade, logo, pequena vinculação com os sistemas formais de proteção social (laboral e previdenciária) existentes.

Já na primeira década de 2000, mormente no período 2004 a 2012, houve certa recuperação dos setores industriais, notadamente daqueles ligados à construção civil, e arrefecimento das taxas de crescimento do setor terciário, que não obstante permanecer como o principal setor empregador da economia, hoje o é com ocupações de melhor qualidade que antes. Ou seja: crescimento do emprego em serviços sociais e produtivos (de apoio financeiro, logístico, de RH e tecnológico às empresas), com elevação dos rendimentos médios, maior taxa de assalariamento e formalização dos vínculos, logo, com maior acesso aos sistemas de proteção laboral e previdenciário.

Ainda em termos de distribuição da ocupação, há uma queda na participação do setor primário, que tem por raiz a forte “modernização” poupadora de mão de obra. No caso da indústria, o crescimento do percentual de pessoas ocupadas pode ser explicado pelo “boom” do setor de construção civil na passagem da primeira para o início da segunda década dos anos 2000, cuja taxa de crescimento foi de 3,10% ao ano entre 2004-07 e de 3,79% entre 2008-12.

b. Crescimento substancial da informalidade nas relações de trabalho durante toda a década de 1990, medida pelo peso crescente dos trabalhadores sem registro, sem remuneração e por conta própria no total da ocupação, com reversão expressiva das mesmas tendências na primeira década de 2000.

A informalização das relações de trabalho no Brasil, embora também já fizesse parte do cenário econômico da década de 1980 (com nunca menos que 50% do pessoal ocupado total localizado em ocupações pertencentes ao núcleo pouco estruturado do mercado de

trabalho), apresentou tendência de aumento do seu peso relativo no total da ocupação, estacionando em torno dos 60% ao final dos anos 90.

Box 1: Definições Gerais – os núcleos estruturado e pouco estruturado do mercado de trabalho brasileiro.

Chama-se aqui de *núcleo estruturado do mercado de trabalho brasileiro* à soma das seguintes categorias ocupacionais: assalariamento com carteira assinada (inclusive emprego doméstico com carteira), militares e estatutários. A soma dessas categorias oscilou de 36,9% em 1992 (auge da fase de desestruturação) para 49,3% em 2012 (auge da fase de reestruturação).⁴

Já o *núcleo pouco estruturado do mercado de trabalho brasileiro* corresponde à soma das seguintes categorias ocupacionais: assalariamento sem carteira assinada (inclusive emprego doméstico sem carteira), trabalhadores por conta própria (também chamados de autônomos), trabalhadores não-remunerados, trabalhadores na produção para o autoconsumo e trabalhadores na construção para o próprio uso. A soma dessas categorias oscilou de 59,4% em 1992 (auge da fase de desestruturação) para 46,8% em 2012 (auge da fase de reestruturação).⁵

A explosão da informalidade na década de 1990, como decorrência da sobreposição entre os movimentos setoriais de reestruturação produtiva e organizacional forçados pela abertura ao exterior, e as políticas econômicas domésticas de orientação recessiva, geraram um quadro de aprofundamento da heterogeneidade do mercado de trabalho, fato este que se traduziu em deterioração das condições de inserção ocupacional para a maior parte da classe trabalhadora no Brasil.

Enquanto nos anos 70 a heterogeneidade era vista como fruto de um crescimento insuficiente das atividades modernas para absorver a disponibilidade existente de força de trabalho, na década de 1990 a heterogeneidade do mercado de trabalho pode ser analisada como produto da passagem de trabalhadores formais para a situação de informalidade que se aguçou pela perda de dinamismo global do sistema econômico (Baltar & Dedecca, 1997).

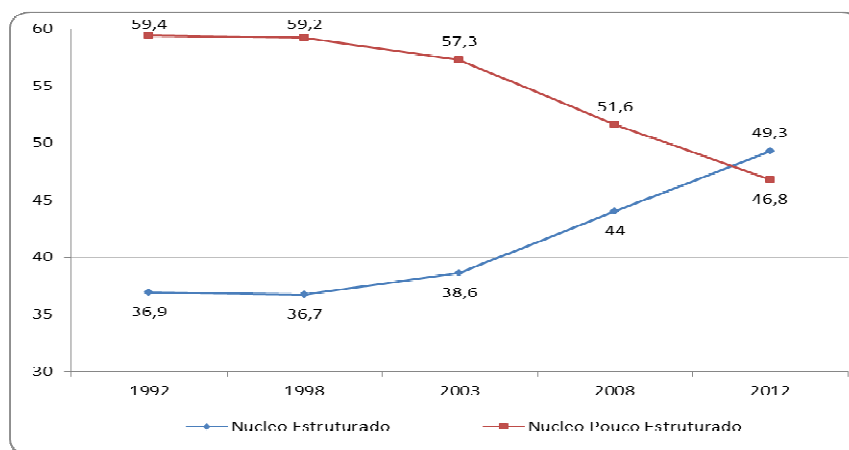
Já a partir da virada para os anos 2000, há crescimento da participação dos empregados com carteira de trabalho assinada, que chega a 40% em 2012. No entanto, a taxa de crescimento para a ocupação com carteira assinada, que era de 1,8% a.a. entre 2001-03, sobe para 3,9% a.a. entre 2003-07, mas sofre uma ligeira queda para 3,2% a.a. no período de 2008-

⁴ A diferença para 100% se deve à não-inclusão dos empregadores e demais categorias mal-computadas pela PNAD. Nesta agregação, o ideal é que fique de fora os trabalhadores por conta-própria agrícolas, os trabalhadores na produção para o autoconsumo e os empregadores. Isto porque, do ponto de vista das relações de trabalho, trata-se de relações laborais inscritas em lógica própria de não-assalariamento da força de trabalho. Além disso, do ponto de vista da proteção previdenciária, tanto os trabalhadores por conta-própria agrícolas como os trabalhadores na produção para o autoconsumo podem ser considerados segurados especiais potenciais da previdência rural, em regime de economia familiar rural. Os empregadores, por sua vez, inscrevem-se na proteção previdenciária oficial como contribuintes individuais voluntários, sendo metodologicamente mais apropriado deixá-los de fora da classificação proposta neste texto. Para desenvolvimento mais completo desta temática, ver Cardoso Jr. (2005).

⁵ Idem nota anterior.

12, que só não é mais acentuada em função de medidas de política econômica para amortecer os efeitos da crise internacional em curso desde então.

Gráfico 1: Evolução e composição da ocupação total segundo a aglutinação das categorias ocupacionais entre núcleo estruturado e núcleo pouco estruturado do mercado de trabalho brasileiro. Brasil: 1992/2012.



Fonte: IBGE, elaboração própria.

De toda sorte, o Gráfico mostra que apenas em 2012 há a inversão de posições entre os núcleos estruturado e pouco estruturado do mercado de trabalho, demonstrando, simultaneamente, tanto a tese da reestruturação relativa do mercado laboral brasileiro nesta última década, como o peso ainda imenso do núcleo pouco estruturado no total da ocupação.

c. Aumento dos níveis de desocupação ao longo da década de 1990, e reversão significativa dos mesmos na primeira década de 2000.

Os anos 90 também vieram acompanhados de mudança de patamar nos níveis médios de desocupação da PIA e de desemprego da PEA, que praticamente dobram ao final da década em relação aos índices dos anos 80 e começo dos 90, mesmo considerando as estimativas conservadoras do IBGE. Já na primeira década de 2000, as tendências se reverterem e o país experimenta uma fase de taxas de desocupação e desemprego bastante baixas, tanto se comparadas internacionalmente, como se comparadas às suas próprias taxas históricas.

Alguns autores (Amadeo & Camargo, 1996; Franco, 1999) procuraram minimizar o fenômeno do desemprego no Brasil na década de 1990, atribuindo-o ao conjunto de transformações estruturais em âmbito mundial, resultado, portanto, dos processos de reorganização produtiva e tecnológica e das novas formas de gestão empresarial, com rebatimentos inexoráveis no país, em sua fase – àquela altura – de crescente abertura e integração junto aos mercados centrais.

Mas ainda que se reconheçam os impactos oriundos da esfera microeconômica sobre o emprego agregado, não é possível descartar o fato de o ambiente macroeconômico interno ter estado muito pouco propício ao enfrentamento do desemprego como fenômeno econômico e social de grandes proporções, com consequências adversas sobre o conjunto da população e da própria economia (Cacciamali, 1995; Baltar & Mattoso, 1997).

Essa afirmação se mostra ainda mais verdadeira quando se constata a reação positiva do mercado de trabalho – e a queda expressiva das taxas de desocupação e desemprego – frente tanto à dinâmica econômica interna como ao contexto internacional mais favoráveis ao longo da primeira década de 2000, ou ao menos até a irrupção da crise financeira em 2008.

Em outras palavras, constata-se diferenças importantes de comportamento da ocupação entre as décadas de 1990 e primeira de 2000. Há que se destacar a marcante piora durante a década liberal e a relativa recuperação durante a década desenvolvimentista. A taxa de ocupação (PO / PEA) regrediu de forma mais acentuada que a taxa de participação (PEA / PIA) entre 1995/99, fazendo a taxa de desemprego (PD / PEA) crescer no período, o que a elevou de 6,1% em 1995 para 9,9% em 1999. Já na década seguinte, apesar da forte recuperação da taxa de participação (PEA / PIA), a ocupação total teve desempenho bastante positivo, contribuindo para a manutenção da taxa de desemprego em patamar sempre inferior a 10% ao ano.

d. Precarização ou piora na qualidade dos postos de trabalho na década de 1990 e relativa melhora na primeira década de 2000.

Intimamente associada à informalização e ao crescimento e diversificação dos tipos de desemprego (friccional, cíclico, sazonal, estrutural, oculto, de inserção, de exclusão), constata-se nos anos 90 uma *precarização crescente das relações e condições laborais*, com aumento da assimetria já existente entre capital e trabalho, especialmente para as categorias ocupacionais tidas como informais, no interior das quais parece residir as atividades mais precárias, do ponto de vista da qualidade da ocupação – caso claro dos trabalhadores autônomos –, e de mais frágil inserção profissional, do ponto de vista das relações de trabalho – caso evidente dos sem registro em carteira.⁶

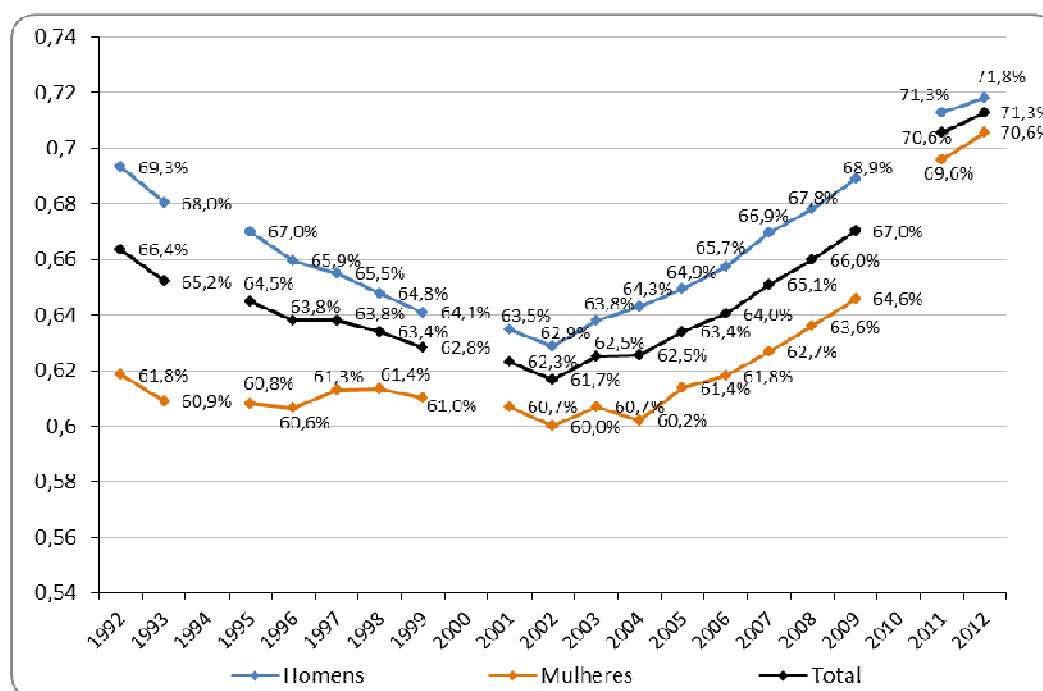
Em estudos sobre a qualidade dos postos de trabalho, e embora reconhecendo a complexidade conceitual e empírica em definir e mensurar o fenômeno da precarização,

⁶ Isto não é, obviamente, o mesmo que dizer que não existam atividades de trabalho precário ou frágeis também no seio da categoria ocupacional de assalariados com carteira, mas sim que neste caso a incidência de inserções desta natureza é bem menor, posto estarem ligadas ao núcleo mais estruturado do mercado de trabalho.

acreditamos que informações sobre a cobertura previdenciária, tipo e quantidade de benefícios recebidos pelos trabalhadores, jornada de trabalho, número de empregos praticados, permanência no emprego e filiação sindical, dentre outros, cobrem conjunto muito relevante de aspectos ligados à qualidade dos postos de trabalho, livres da dimensão exclusivamente monetária que costuma caracterizar a maioria dos estudos a respeito, e que precisariam ser devidamente considerados.⁷

Neste texto, informações sobre a contribuição previdenciária e sobre a filiação sindical permitem fazer algumas inferências sobre a qualidade dos postos de trabalho. Ao longo dos anos 90, se vê que o percentual de contribuintes de instituto de previdência no trabalho principal se manteve, segundo o IBGE, abaixo dos 45%, passando para mais de 50% já na primeira década dos anos 2000, e atingindo 60% em 2012.

Gráfico 2: Evolução das taxas de cobertura previdenciária agregada e por gênero. Brasil: 1992/2012.



Fonte: AEPS, elaboração própria.

Embora com valores algo diferentes, a mesma tendência se verifica no Gráfico 2, onde se destaca, com dados do Anuário Estatístico da Previdência Social, que a cobertura previdenciária é maior dentre os homens relativamente às mulheres. Mas em qualquer dos

⁷ A respeito, ver Reinecke (1999) e Cardoso Jr. (2005) para visualização em detalhe dos dados e das tendências do período.

casos, fica claro o movimento de precarização do trabalho na década de 1990, aqui medida pela redução da cobertura previdenciária ao longo dos anos, e sua recuperação para níveis superiores aos do início da série, ao longo da primeira década de 2000.

Este desempenho guarda relação com o processo de formalização dos contratos de trabalho. Destaca-se neste caso, o crescimento do número de contribuintes em alguns segmentos cujo desempenho está relacionado ao crescimento da importância do mercado interno, da indústria da construção e dos esforços para a formalização dos contratos de trabalho doméstico. São esses os grupamentos de atividades que mantiveram a taxa média de crescimento de contribuintes de instituto de previdência no trabalho principal mesmo diante da crise em 2008. No caso do setor de construção, houve crescimento de 6,1% a.a. no período de 2004-2007 e de 7,8% a.a. entre 2008-12. No setor de serviços, chama a atenção o segmento de alojamento e alimentação com crescimento de 5,6% a.a. e de 8,8% a.a. nos períodos respectivos.

No entanto, ao se analisar os dados sobre o percentual de pessoas sindicalizadas, alguns números se destacam. O percentual de sindicalizados dentre o total de pessoas ocupadas está em torno dos 17%, o que esboça certa fragilidade na capacidade de organização do trabalho no que diz respeito à representação de classe. Não obstante isso, transformações nas relações de trabalho em alguns setores determinaram crescimento do número de pessoas sindicalizadas, caso do setor agrícola, o que reflete o assalariamento em atividades ligadas ao fortalecimento dos grandes complexos agroindustriais. Ainda assim, houve queda no percentual de pessoas sindicalizadas no início da segunda década dos anos 2000, exceção para a indústria da construção, e alojamento e alimentação no setor de serviços.

e. Estagnação relativa dos rendimentos médios oriundos do trabalho, na década de 1990, em particular dos trabalhadores assalariados com carteira, e recuperação dos mesmos ao longo da primeira década de 2000.

Depois de uma década – a de 1980 – marcada por bruscos movimentos de queda e recuperação dos níveis médios dos rendimentos dos trabalhadores ocupados, a década de 1990 foi palco de estagnação relativa dos rendimentos médios das principais categorias ocupacionais. Os trabalhadores assalariados, notadamente os vinculados à indústria, tiveram seus rendimentos reais praticamente congelados desde que a abertura comercial acirrou a competição nos mercados domésticos de bens transáveis internacionalmente.

Por sua vez, os trabalhadores autônomos, particularmente os ligados ao comércio e serviços, depois de curto período de euforia no biênio 1995/96, viram seus rendimentos reais

inverterem a trajetória de crescimento e também refluírem para os níveis observados antes da implantação do Plano Real. Em outras palavras, quando se observa a evolução dos rendimentos reais médios por posição na ocupação desde o início dos anos 80, vê-se que há certa estagnação relativa ocasionalmente interrompida por efeitos não duradouros de algum plano de estabilização, como no Cruzado em 1986, ou mesmo no Real, entre a segunda metade de 1994 e a primeira de 1997.

Como resultado agregado da década de 1990, no entanto, houve queda real dos rendimentos dos assalariados com carteira, grupo ocupacional mais prejudicado pela década liberal, e algum crescimento relativo das demais categorias. Já na primeira década de 2000, as taxas de crescimento ponta-a-ponta do período 2001 a 2012 foram não só todas positivas para todas as categorias ocupacionais listadas, como foram sensivelmente maiores que as do período anterior.

f. Estagnação relativa da situação distributiva, na década de 1990, tanto do ponto de vista da distribuição funcional da renda (repartição entre rendimentos do capital e do trabalho) quanto do ponto de vista da distribuição pessoal dos rendimentos do trabalho, e certa melhora distributiva – funcional e pessoal – nos anos 2000.

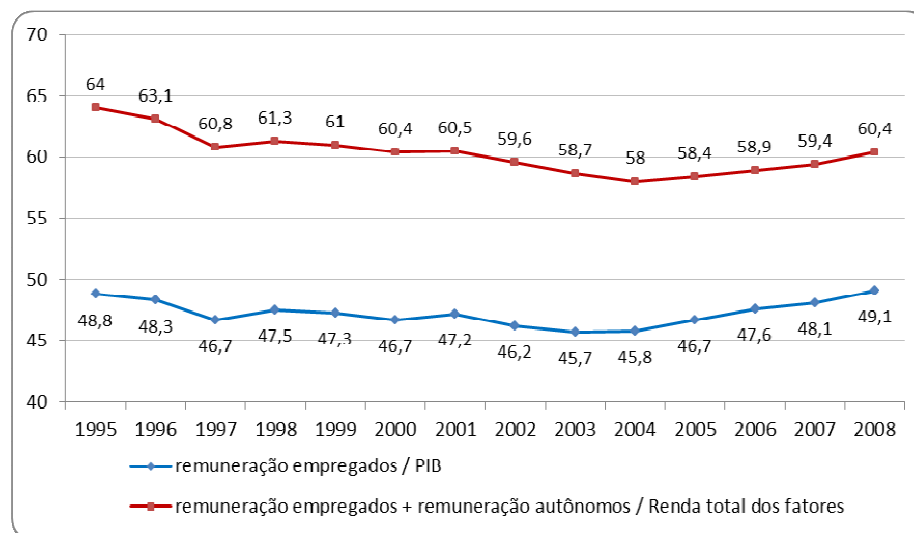
Do ponto de vista da distribuição funcional da renda, ou mais propriamente, da participação dos salários na renda nacional, esta se apresenta estruturalmente reduzida no Brasil, em comparação com países desenvolvidos, por conta de pelo menos dois fatores que agem na mesma direção.

Em primeiro lugar, a manutenção de um peso elevado de trabalhadores em mercados de trabalho pouco estruturados que, marcados pela ausência de amplos movimentos sindicais organizados e políticas públicas de transferências de renda e proteção social, reproduzem distanciamento permanente entre ganhos de produtividade e repasses reais aos salários. Em segundo lugar, como reflexo do tipo de crescimento econômico que é imposto pela dinâmica capitalista no Brasil, o ritmo insuficiente de absorção de população ativa nos segmentos mais organizados do mercado de trabalho dá origem a uma massa reduzida de remunerações, tanto para os segmentos assalariados (com e sem carteira) como para os autônomos, conforme pode ser visto pelo Gráfico 3.⁸

⁸ Reforçando ambos os aspectos acima mencionados, tem-se no caso brasileiro que tanto a ausência de políticas salariais de orientação estruturante do mercado de trabalho, quanto o poder restrito dos sindicatos na fixação dos

salários nominais, constituíram-se em fatores adicionais para manter reduzida a participação dos salários na renda nacional. A respeito, ver Pochmann (1994), Oliveira (1994) e Baltar & Proni (1995).

Gráfico 3: Evolução da distribuição funcional da renda – participação da renda do trabalho assalariado (com e sem carteira) + vencimento dos militares e estatutários no PIB e na Renda total dos fatores. Brasil: 1995/2008.

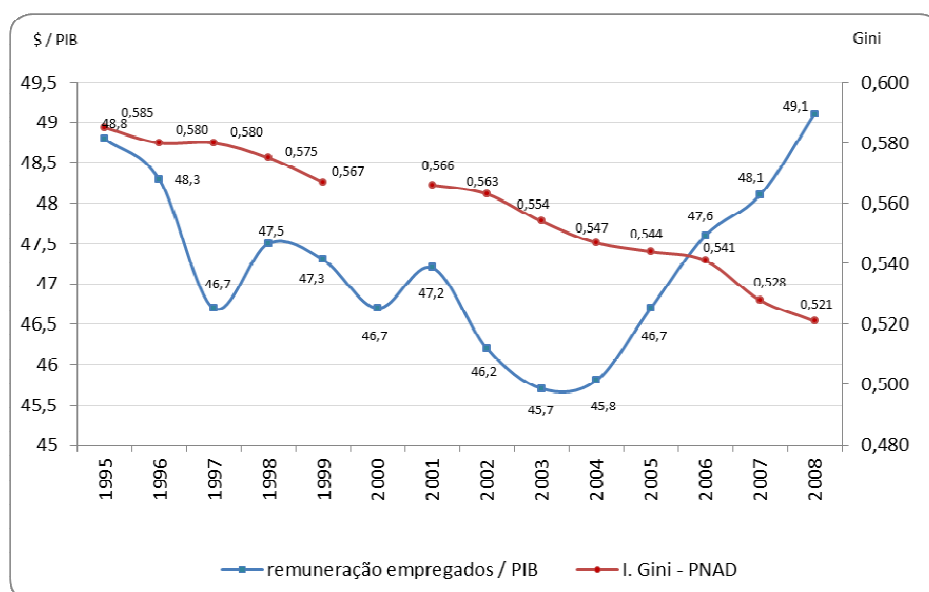


Fonte: IBGE, SCN. Elaboração própria.

Nos dois casos (remuneração dos empregados sobre o PIB; e remuneração dos empregados mais autônomos sobre a renda total dos fatores), percebe-se certa estagnação relativa (com ligeira piora, na verdade) da distribuição funcional na década de 1990, e alguma recuperação do peso das remunerações dos empregados (e também dos empregados + autônomos) ao longo da primeira década de 2000.

Já do ponto de vista da concentração pessoal dos rendimentos do trabalho, como a hierarquia de remunerações responde a características da estrutura produtiva, preponderantemente vinculada aos segmentos estruturados dos mercados de trabalho, e como o peso e a dinâmica deste setor não conseguem absorver integralmente toda a oferta efetiva de mão-de-obra, tem-se perfil altamente concentrado para a distribuição dos rendimentos provenientes do trabalho, que é reforçado pela existência de um nível muito baixo de salários para a maior parte das pessoas pertencentes à base pouco estruturada do mercado laboral.

Gráfico 4: Evolução da distribuição pessoal dos rendimentos do trabalho principal. Brasil: 1992/2012.



Fonte: IBGE, SCN e PNAD. Elaboração própria

Desta maneira, vemos que a distribuição pessoal dos rendimentos do trabalho mostra uma melhora consistente apenas quando o padrão liberal de desenvolvimento, dominante na década de 1990, deixa de ser hegemônico na nova configuração de políticas públicas da primeira década de 2000. Ainda mais, pode-se dizer que a queda da desigualdade pessoal apenas se torna de fato virtuosa, dos pontos de vista econômico e social, quando associada – a partir de 2003 – a uma melhora simultânea da distribuição funcional da renda. Isso porque há, na primeira década de 2000, combinação positiva entre crescimento da massa global de remunerações do trabalho e sua melhor distribuição no interior da classe trabalhadora.

Se adicionarmos a isso, o fato de que tal combinação se deu também com fatores positivos de reestruturação do mercado laboral (tais como: crescimento da ocupação total a frente do crescimento do PIB, crescimento da formalização dos vínculos a frente do crescimento da ocupação, recuperação real – ainda que insuficiente – dos rendimentos médios para praticamente todas as categorias ocupacionais, e crescimento mais que proporcional desses rendimentos para segmentos populacionais da base da pirâmide social), tem-se, de fato, que se trata de um novo cenário na relação desenvolvimento – mercado de trabalho no Brasil.

g. Elevados patamares de pobreza na década de 1990, e queda expressiva na primeira década de 2000, refletindo estancamento da mobilidade social intrageracional (de renda) na década liberal e certa retomada na década desenvolvimentista, mas de curta distância e concentrada nos estratos inferiores da escala social.

Partindo da suposição de que o estudo da mobilidade intrageracional – ao invés do comportamento da mobilidade intergeracional – seja o mais indicado para se captar os efeitos das transformações econômicas de curto/médio prazos sobre determinado grupo populacional dentro de uma escala social hierárquica, uma primeira observação importante é que, independentemente do tratamento metodológico utilizado, a maior parte dos estudos sobre o assunto aponta para uma mudança no padrão de mobilidade social entre as décadas de 1990 e primeira de 2000, decorrente das transformações observáveis no próprio padrão de desenvolvimento econômico nacional.⁹

Na fase de esgotamento do padrão pretérito de desenvolvimento nos anos 1980 e de gestação de um novo modelo de crescimento econômico nos anos 1990, verifica-se *aumento do grau de imobilidade intrageracional e até mesmo aumento não desprezível do grau de mobilidade social descendente* (Picanço, 2001). Segundo este autor, em estudo que compara os tipos de mobilidade social entre os anos de 1988 e 1996 para todas as pessoas ocupadas de dez anos e mais, a imobilidade intrageracional total saltou de 35,1% para 40,3% no intervalo considerado, o que equivale a dizer que, em 1996, percentualmente mais pessoas estavam presas ao mesmo estrato sócio-ocupacional registrado no momento de sua entrada no mercado de trabalho.¹⁰

Outra informação relevante extraída do mesmo estudo (Picanço, 2001) indica que a mobilidade estrutural – comandada pelo crescimento econômico – perdeu ímpeto entre os

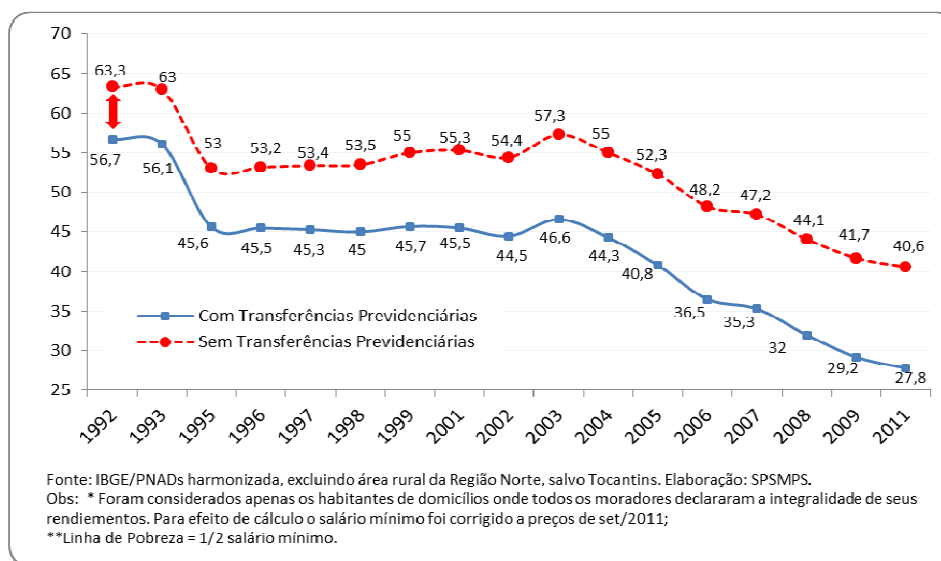
⁹ Historicamente, durante o longo ciclo de crescimento do país (1930-1980), o movimento dominante de mobilidade intrageracional foi ascendente e de tipo estrutural, vale dizer, comandado não pelos atributos pessoais dos trabalhadores, mas sobretudo pela dinâmica de incorporação de mão-de-obra que se verifica numa sociedade em processo de crescente industrialização e urbanização. O trabalho clássico de Pastore (1979), por exemplo, mostra que há movimento intenso de mobilidade social, mas de curta distância entre os estratos sócio-ocupacionais e localizado sobretudo na base da escala social. Tal resultado é decorrência, basicamente, da intensa migração rural-urbana, que por si só foi contabilizada por Pastore como mobilidade social ascendente.

¹⁰ Este resultado geral, no entanto, foi especialmente importante para os homens, cuja taxa de imobilidade passou de 31,2% para 40,1% entre 1988 e 1996. Já no caso das mulheres, embora tenha havido pequeno aumento no grau de mobilidade total, esta foi basicamente de tipo descendente, fenômeno que também aconteceu com os homens, mas em menor intensidade. No caso das mulheres, o aumento da mobilidade descendente no período coincide com o aumento da taxa de participação – e desemprego – deste grupo populacional no mercado de trabalho. Os contextos de crescimento econômico pífio e concorrência exacerbada pelo lado da oferta de trabalho são favoráveis a situações de discriminação e segmentação nos mercados de mão-de-obra, o que poderia explicar, em parte, o aumento da mobilidade descendente das mulheres, relativamente à dos homens.

dois anos pesquisados (1988 e 1996), dando lugar a um tipo de mobilidade circular, que decorre da troca de posições entre indivíduos na estrutura social tal que, para um indivíduo ocupar certa posição, outro tem de sair dela. Neste contexto, as características da oferta de trabalho se sobrepõem às da demanda, motivo pelo qual os atributos pessoais dos trabalhadores adquirem maior importância na definição das ocupações.¹¹

Infelizmente, não faz parte da tradição de estudos sobre mobilidade uma desagregação dos estratos sociais por posição na ocupação. Este aspecto certamente ajudaria na compreensão do fenômeno de desestruturação do mundo do trabalho pela ótica da mobilidade intrageracional, uma vez que eventos tais como imobilidade e mobilidade descendente devem possuir forte correlação com as outras dimensões aqui tratadas da terciarização patológica, da informalização das relações de trabalho, da perda de qualidade das novas ocupações, do aumento da desocupação, da queda nos rendimentos e da piora distributiva, bem como com a dimensão da pobreza, tal como a apresentamos no Gráfico 5.

Gráfico 5: Percentual de pobres, com e sem transferências previdenciárias. Brasil: 1992/2012.



¹¹ Tomando-se em consideração outro estudo (Januzzi, 2002) num intervalo mais longo de tempo (1982-1996), e usando como referencial os movimentos de mobilidade de chefes de domicílio homens de 15 a 74 anos por estratos ocupacionais, chega-se praticamente às mesmas conclusões. Neste caso, o fenômeno da imobilidade intrageracional total aparece como bastante significativo em ambos os anos de referência pelo fato de não considerar a migração rural-urbana um fator em si mesmo de mobilidade social. Assim, o que surge como movimento relevante é o aumento expressivo da mobilidade descendente em todos os estratos sócio-ocupacionais pesquisados. No intervalo de tempo considerado, a mobilidade ascendente apenas é percebida do último para o penúltimo estrato social, e, ainda assim, em magnitude bem modesta.

Nota-se grande correlação entre o período de imobilidade (ou mobilidade descendente) da década de 1990 e o estancamento (ou ligeiro aumento) nos patamares de pobreza neste período. Fenômeno oposto ocorre na primeira década de 2000, sob influência de um padrão de desenvolvimento algo mais incluído pela via das políticas sociais (com expansão do seu vetor de transferência de renda, notadamente via previdência e assistência social) e estruturador do mercado de trabalho (com aumento mais que proporcional da ocupação total frente ao PIB, aumento mais que proporcional da formalização dos vínculos laborais e previdenciários frente à ocupação total, incremento real médio das remunerações do trabalho mais que proporcional para segmentos inferiores da pirâmide distributiva, melhoria da distribuição funcional e pessoal da renda do trabalho etc).¹²

Nesta primeira década de 2000, nota-se, então, grande correlação entre a queda dos índices de pobreza e a retomada de alguma mobilidade social promovida pelas tendências citadas, ainda que esta permaneça sendo uma mobilidade de curta distância entre as escalas de população, concentrada nos estratos inferiores da pirâmide social.

3. Considerações Finais: balanço geral e perspectivas.

O mercado de trabalho nacional passou por modificações profundas entre as décadas de 1990 e primeira de 2000, quase todas influenciadas diretamente pelo cenário macroeconômico mais geral, bem como pelo que aqui se chamou de padrão liberal (década de 1990) e desenvolvimentista (década de 2000) de desenvolvimento nacional. Na verdade, é perceptível a existência de três momentos claramente discerníveis, através dos quais se nota, de fato, que o mercado de trabalho reflete, em grande medida, o comportamento ditado pelas políticas públicas do período, ademais dos referidos padrões de desenvolvimento.¹³

Entre 1995 e o final de 1999, em ambiente macroeconômico marcado por sobrevalorização cambial e diferencial positivo e elevado entre as taxas de juros domésticas e internacionais, as principais variáveis do mercado de trabalho nacional sofreram processo intenso de deterioração. Os níveis absoluto e relativo de desemprego aumentaram, bem como a informalidade das relações contratuais e a desproteção previdenciária para amplos

¹² Aqui pesa a valorização do salário mínimo como piso dos benefícios previdenciários e dos salários-base do núcleo estruturado (trabalhadores com carteira assinada), assim como o peso das transferências de renda tipo bolsa-família.

¹³ Especificamente sobre a primeira fase do Plano Real (1995/1999), ver Belluzzo & Almeida (2002). As relações entre a economia e o mercado de trabalho podem ser vistas em Mattoso & Pochmann (1998). Dois trabalhos interessantes e em perspectiva crítica aos rumos especificamente da política macroeconômica do primeiro governo Lula podem ser vistos em Paula (2005) e Carneiro (2006).

segmentos do mercado de trabalho urbano, enquanto os níveis reais médios de renda do trabalho e a sua distribuição pioraram.

Já entre a desvalorização cambial de 1999 e meados de 2005, apesar do arranjo de política econômica restritivo (câmbio semiflutuante, superávits fiscais generosos, taxas de juros elevadas e metas rígidas de inflação), a economia brasileira operou em contexto de comércio internacional favorável, o que permitiu certo arrefecimento das tendências anteriores para as principais variáveis do mercado de trabalho. Os níveis absolutos e relativos de desemprego pararam de subir no mesmo ritmo que antes, a informalidade das relações de trabalho e o grau de desproteção previdenciária arrefeceram (mas em patamares muito elevados), e enquanto os níveis médios de renda real do trabalho continuaram a cair para a maior parte das categorias ocupacionais, a distribuição dos rendimentos começou a esboçar pequena melhora, sobretudo depois de 2001.

Por fim, no período 2006/2013, a despeito do arranjo de política macroeconômica manter-se praticamente inalterado,¹⁴ a pujança do comércio exterior, até instalar-se a crise internacional em 2008, combinada com reduções nos patamares de juros internos e com importante expansão das várias modalidades de crédito, aumentos do salário mínimo à frente da inflação e expansão das políticas sociais, houve reação positiva do mercado de trabalho a estímulos da política econômica.

Evidenciava-se – daí pra frente – tanto a relação de causalidade entre padrão de desenvolvimento e variáveis cruciais do mundo do trabalho e da proteção social, como o potencial multiplicador implícito entre essas dimensões. A taxa de desemprego aberto, o grau de informalidade das relações de trabalho e o grau de desproteção previdenciária esboçaram diminuição, enquanto o nível de remunerações da base da pirâmide social parou de cair em 2004, elevando-se a partir de 2005, o que contribuiu para prolongar o processo de redução das desigualdades de renda em bases mais virtuosas.

De todo modo, não custa salientar que, a despeito da recomposição real do salário mínimo nos últimos anos, a maior parte (cerca de 90%) das novas ocupações formais geradas

¹⁴ A rigor, embora o tripé básico da política macroeconômica tenha se mantido praticamente inalterado, houve comportamentos distintos ao longo dos anos 2006 a 2013. Para enfrentar a crise internacional que se instalara em 2008, o governo brasileiro lançou mão de expedientes heterodoxos a partir de 2009, tais como: ritmo mais acelerado de redução de juros, sobretudo por meio dos bancos oficiais; alargamento da oferta de crédito público, também por meio dos bancos oficiais; manutenção ou mesmo expansão de programas de investimentos, tanto pelo PAC como por meio das estatais; manutenção e mesmo expansão, em alguns casos, dos programas e gastos sociais; manutenção da regra de reajuste anual real do salário mínimo; etc. Já a partir de 2011, primeiro ano do governo Dilma, às iniciativas anteriores somaram-se novos esforços para redução dos juros aos tomadores de crédito, bem como medidas visando reduzir custos de produção, tais como: desonerações tributárias e medidas para redução dos custos da energia, dentre as mais importantes.

entre 2003/2013 estiveram limitadas ao teto de até dois salários mínimos mensais, com o agravante de que os índices de rotatividade da mão-de-obra aumentaram no mesmo intervalo de tempo. Por outro lado, houve mudança qualitativa importante no que diz respeito à distribuição dos rendimentos do trabalho. A queda na desigualdade de rendimentos, ao menos entre 2003 e 2013, passou a ser motivada por aumento mais que proporcional dos rendimentos inferiores da pirâmide distributiva, em contexto de valorização real do salário mínimo, ampliação da ocupação em geral e aumento mais que proporcional da filiação previdenciária, aspectos que, somados, colocam em pauta a exequibilidade de políticas de crescimento econômico compatíveis tanto com a reestruturação e o reordenamento do mercado de trabalho, como com trajetórias também benéficas de melhoria dos indicadores de desempenho financeiro da previdência social.

Por tais motivos, é bastante relevante a constatação obtida pela PNAD / IBGE (e demais fontes estatísticas e registros administrativos) acerca da trajetória recente de recuperação do emprego assalariado formal no país. E apesar das dificuldades empíricas para estabelecer causalidades nem sempre diretas ou óbvias, cremos ter conseguido, como primeira aproximação ao tema, grau de conhecimento mais acurado sobre o assunto. Em outras palavras: aumento e desconcentração do gasto social, aumento e diversificação do crédito interno, aumento e diversificação do saldo exportador, consolidação do regime tributário simplificado para microempresas e empresas de pequeno porte (SIMPLES) e maior eficácia das ações de intermediação de mão-de-obra e de fiscalização das relações e condições de trabalho nas empresas, foram determinantes fundamentais para explicar a trajetória de recuperação do emprego formal no período 2003/2013 no Brasil (Cardoso Jr., 2007, 2008).

Assim, os indícios levantados no texto apontam para a necessidade de uma agenda mais explícita, orgânica e sistêmica de desenvolvimento, ancorada nos seguintes vetores de transformação positiva:

- Recuperação e sustentação do crescimento econômico em bases mais sólidas e níveis mais elevados que os atuais. Vale dizer: indução deliberada do Estado rumo a uma revolução de base técnico-científica-produtiva, que seja capaz de combinar estímulos à chamada economia verde e educação ambiental, com encadeamentos inovativos, nas esferas produtiva e institucional, em processos e produtos;
- Reestruturação institucional do padrão de financiamento público em geral, e das políticas sociais em particular. Vale dizer: reforma tanto tributária como fiscal, que seja capaz de combinar progressividade na arrecadação com redistributividade nos gastos;

- Consolidação de mínimos civilizatórios para a regulação (estruturação e regulamentação) do mundo do trabalho. Vale dizer: aprofundamento de uma cultura de direitos, referenciada ao conjunto de direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais (a chamada Plataforma DHESCA);
- Promoção politicamente deliberada da distribuição funcional e pessoal da renda;
- Construção de novas institucionalidades na relação Estado/Sociedade para a promoção da cidadania ampla e para a consolidação democrática. Vale dizer: reforma ético-política nos sistemas de representação, participação e deliberação, com valorização da esfera pública e da cidadania em todos os níveis.

Este conjunto de diretrizes estratégicas perfila-se, claramente, ao lado do debate político e acadêmico defendido por setores do campo progressista da sociedade brasileira, dentro e fora das estruturas de governo. Em outros termos, acreditamos não haver solução positiva dentro do caminho liberal. Defendido por setores conservadores da sociedade, comunidades da política (partidos, sindicatos e outras agremiações) e da própria burocracia, além da mídia e setores do empresariado, esta alternativa política, orientada ao esvaziamento do papel do Estado, trouxe consequências nefastas em outros tempos, ao Brasil e ao mundo.

No caso brasileiro, a via liberal parcialmente implementada ao longo da década de 1990 provocou, dentre outras, desarticulação produtiva, financeirização da riqueza, precarização do mercado de trabalho e desmonte do sistema de proteção social, então em formação. A via liberal, portanto, inviabiliza trajetória sustentada de homogeneização econômica e social no país, não podendo se constituir em alternativa crível aos desafios da contemporaneidade colocados ao Brasil já nesta segunda década de século XXI.

4. Bibliografia de Referência para os temas abordados no texto.

AMADEO, E. & CAMARGO, J. M. *Instituições e Mercado de Trabalho no Brasil*. In: CAMARGO, J. M. (org.). *Flexibilidade do Mercado de Trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro, FGV, 1996.

BAER, M. *O Rumo Perdido: crise fiscal e financeira do Estado Brasileiro*. São Paulo: Paz & Terra, 1993.

BALTAR, P. & PRONI, M. *Flexibilidade do Trabalho, Emprego e Estrutura Salarial no Brasil*. Campinas: I.E. Unicamp, Cadernos do Cesit, n. 15, 1995.

BALTAR, P. & DEDECCA, C. *Mercado de Trabalho no Brasil: o aumento da informalidade nos anos 90*. Campinas: I.E. Unicamp, mimeo, 1997.

BALTAR, P., MATTOSO, E. *Transformações Estruturais e Emprego nos Anos 90*. Porto Alegre: Ensaios FEE, v. 18, n. 1, 1997.

BELLUZZO, L. G. & ALMEIDA, J. G. *Depois da Queda: a economia brasileira da crise da dívida aos impasses do real*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CACCIAMALI, M. C. *Mercado de Trabalho Brasileiro nos Anos 90: menos empregos, mais política pública*. São Paulo: FIPE, FEA-USP, mimeo, 1995.

CARDOSO JR., J. C. *Anatomia da Distribuição de Renda no Brasil: estrutura e evolução nos anos 90*. Campinas: Dissertação de Mestrado, I.E. Unicamp, 1999a.

CARDOSO JR., J. C. *Estrutura Setorial-Ocupacional do Emprego no Brasil e Evolução do Perfil Distributivo nos anos 90*. Brasília: Texto para Discussão n. 655, IPEA, 1999b.

CARDOSO JR., J. C. & POCHMANN, M. *Raízes da Concentração de Renda no Brasil: 1930 / 2000*. Campinas: Jornadas de Economia Política da SEP (Sociedade Brasileira de Economia Política), XXVIII Encontro Nacional de Economia, Anpec, 2000.

CARDOSO JR., J. C. *Crise e Desregulação do Trabalho no Brasil*. Brasília: IPEA, Texto para Discussão n. 814, 2001.

CARDOSO JR., J. C. *A Questão do Trabalho Urbano e o Sistema Público de Emprego no Brasil Contemporâneo: décadas de 1980 e 1990*. In: JACCOUD, L. (org.) *Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo*. Brasília: IPEA, 2005.

CARDOSO JR., J. C. & JACCOUD, L. *Políticas Sociais no Brasil: organização, abrangência e tensões da ação estatal*. In: JACCOUD, L. (org.) *Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo*. Brasília: IPEA, 2005.

CARDOSO JR., J. C.; GONZALEZ, R.; STIVALI, M.; AMORIM, B.; VAZ, F. *Políticas de Emprego, Trabalho e Renda no Brasil: desafios à montagem de um sistema público, integrado e participativo*. Brasília: Texto para Discussão n° 1237, IPEA, 2006.

CARDOSO JR., J. C. *De volta para o futuro? As fontes de recuperação do emprego formal no Brasil e as condições para sua sustentabilidade temporal*. Brasília: Texto para Discussão n. 1.310, IPEA, 2007.

CARDOSO JR., J. C. *Determinantes da Recuperação do Emprego Formal no Brasil: evidências para o período 2001/2005 e hipóteses para uma agenda de pesquisa*. São Paulo: Revista de Economia Política, Ed. 34, 2008.

CARDOSO JR., J. C.; GONZALEZ, R. & MATTOS, F. *Políticas Públicas de Trabalho e Renda em Contexto de Baixo Crescimento Econômico: a experiência brasileira recente*. In: MACAMBIRA, JR. & CARLEIAL, L. *Emprego, Trabalho e Políticas Públicas*. Fortaleza: IDT, BNB, 2009.

CARDOSO JR., J. C. *Macroeconomia e Pleno Emprego: apontamentos para uma agenda positiva de pesquisa e política pública*. In: VIANNA, S. W.; BRUNO, M. & MODENESI, A. (Orgs.). *Macroeconomia para o Desenvolvimento: crescimento, estabilidade e emprego*. Rio de Janeiro: Projeto Perspectivas do Desenvolvimento Brasileiro, livro 4, cap. 11, IPEA, 2010.

CARDOSO JR., J. C.; GIMENEZ, D. M. *Crescimento Econômico e Planejamento no Brasil (2003-2010): evidências e possibilidades do ciclo recente*. In: CARDOSO JR., J. C. (org.). *A Reinvenção do Planejamento Governamental no Brasil*. Brasília: Série Diálogos para o Desenvolvimento, volume 4, IPEA, 2011.

CARDOSO JR. J. C. *Mundo do Trabalho e (Des)Proteção Social no Brasil: ensaios de interpretação da história recente*. Campinas: Tese de Doutorado, IE-Unicamp, 2013.

CARNEIRO. R. *A Economia Brasileira no Período 1975/89*. Campinas: IE/Unicamp, Revista Economia e Sociedade, n. 2, 1993.

CARNEIRO, R. *Desenvolvimento em Crise: a economia brasileira no último quarto do século XX*. Campinas: IE/Unicamp; São Paulo: Ed. Unesp, 2002.

CARNEIRO. R. (org.). *A Supremacia dos Mercados e a Política Econômica do Governo Lula*. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

CASTEL, R. *As Metamorfoses da Questão Social: uma crônica do salário*. Petrópolis-RJ: Ed. Vozes, 1998, original de 1995.

CASTRO, N. A. & DEDECCA, C. S. *A Ocupação na América Latina: tempos mais duros*. São Paulo; Rio de Janeiro: ALAST, 1998.

CHESNAY, F. *A Mundialização do Capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

CHESNAY, F. (org.) *A Finança Mundializada: raízes sociais e políticas, configuração e consequências*. São Paulo: Boitempo, 2005.

COSTANZI, R. N. *Evolução do Emprego Formal no Brasil (1985-2003) e Implicações para as Políticas Públicas de Geração de Emprego e Renda*. Brasília: Texto para Discussão n. 1039, IPEA, 2004.

COSTANZI, R. N. *Programas de Geração de Emprego e Renda com Recursos do FAT: evolução, avaliação e proposta de reestruturação*. Brasília: IPEA, 2005, mimeo.

COUTINHO, L. *Notas sobre a Natureza da Globalização*. Campinas: Economia e Sociedade, I.E. Unicamp, n.4, 1995.

CRUZ, P. R. D. *Dívida Externa e Política Econômica: a experiência brasileira nos anos setenta*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CRUZ, P. R. D. *Notas sobre o Financiamento de Longo Prazo na Economia Brasileira*. Campinas: Economia e Sociedade n. 3, I.E. Unicamp, 1994.

DEDECCA, C. *Racionalização Econômica e Trabalho no Capitalismo Avançado*. Campinas: IE-Unicamp, Coleção Teses, 1999.

DEDECCA, C. S. & ROSANDISKI, E. N. *Recuperação Econômica e a Geração de Empregos Formais*. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, Ministério da Ciência e Tecnologia, Parcerias Estratégicas, Edição Especial (Análise da PNAD 2004), n. 22, 2006.

ESPING-ANDERSEN, G. *Los Tres Mundos del Estado del Bien-Estar*. Valencia: Alfons el Magnanim, 1993.

ESPING-ANDERSEN, G. *I Fondamenti Sociali delle Economie Postindustriali*. Bologna: Società Editrice il Mulino, 2000.

FIORI, J. L. *O Vôo da Coruja: uma leitura não liberal da crise do Estado desenvolvimentista*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1995.

FRANCO, G. *O Desafio Brasileiro: ensaios sobre desenvolvimento, globalização e moeda*. São Paulo: Ed. 34, 1999.

IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: síntese de indicadores 2005*. Rio de Janeiro: IBGE, PNAD 2005.

IBGE. *Pesquisa Mensal de Emprego: principais destaques da evolução do mercado de trabalho nas regiões metropolitanas abrangidas pela pesquisa (2003-2006)*. Rio de Janeiro: IBGE, PME 2006.

INSTITUTO DE ECONOMIA. *Revista Economia & Sociedade*. Campinas: IE-Unicamp, Edição Especial, vol. 21, dez. 2012.

JANUZZI, P. M. *Mobilidade Social no Contexto de Adversidades Crescentes do Mercado de Trabalho Brasileiro*. Campinas: Revista Economia & Sociedade, IE/Unicamp, n. 19, 2002.

KEYNES, J. M. *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MATTOSO, J. & POCHMANN, M. *Mudanças Estruturais e o Trabalho no Brasil dos anos 90*. Campinas: Revista Economia e Sociedade, I.E. Unicamp, n.10, 1998.

MEDEIROS, C. & SALM, C. *O Mercado de Trabalho em Debate*. São Paulo: Novos Estudos CEBRAP n. 39, 1994.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. *Características do Emprego Formal: RAIS 2005*. Brasília: MTE, RAIS 2005b.

NEFFA, J. C. & EYMARD-DUVERNAY, F. *Teorias Económicas sobre el Mercado de Trabajo: analisis institucionalistas*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2008.

OLIVEIRA, C. A. B. *Contrato Coletivo e Relações de Trabalho no Brasil*. In: OLIVEIRA, C. A. B.; MATTOSO, J. E. et alli (orgs.). *O Mundo do Trabalho: crise e mudança no final do século*. São Paulo: Scritta, 1994.

PASTORE, J. *Desigualdade e Mobilidade Social no Brasil*. São Paulo: Edusp, 1979.

PAULA, J. A. (org.). *Adeus ao Desenvolvimento: a opção do governo Lula*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PICANÇO, F. *Mercado de Trabalho e Trajetórias Ocupacionais: entre mudanças, permanências e seus significados possíveis*. Rio de Janeiro: UERJ / PUC-Rio, mimeo, 2001.

POCHMANN, M. *Trinta Anos de Políticas Salariais no Brasil*. In: OLIVEIRA, C. A.; MATTOSO, J. E. et alli (orgs.). *O Mundo do Trabalho: crise e mudança no final do século*. São Paulo: Scritta, 1994.

RAMOS, L. & FERREIRA, V. *Padrões Espacial e Setorial da Evolução da Informalidade no Período 1991-2005*. Rio de Janeiro: Pesquisa e Planejamento Econômico, IPEA, vol. 36, n. 3, 2006.

REINECKE, G. *Qualidade de Emprego e Emprego Atípico no Brasil*. In: POSTHUMA, A. C. (org.) *Abertura e Ajuste do Mercado de Trabalho no Brasil: políticas para conciliar os desafios de emprego e competitividade*. Brasília: OIT e MTE; São Paulo: Ed. 34, 1999.

ROSANVALLON, P. *A Crise do Estado-Providência*. Goiânia-Go: Ed. UFG; Brasília-DF: Ed. UNB, 1997.

ROSANVALLON, P. *A Nova Questão Social: repensando o Estado-Providência*. Brasília-DF: Instituto Teotônio Vilela, 1998.

TAVARES, M. C. *Auge e Declínio do Processo de Substituição de Importações no Brasil*. In TAVARES, M. C. *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro: ensaios sobre economia brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979 (original de 1963).

TAVARES, M. C. & FIORI, J. L. *Desajuste Global e Modernização Conservadora*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1993.

TAVARES, M. C. & FIORI, J. L. (orgs.). *Poder e Dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1997.

THÉRET, B. & BRAGA, J. C. (orgs.). *Regulação Econômica e Globalização*. Campinas: IE-Unicamp, 1998.